

21/1/82

# Rentabilizar Cahora-Bassa

Moçambique e Portugal chegaram a um acordo de princípios para a criação de condições que permitam a utilização de energia produzida por Cahora Bassa por outros países que não só África do Sul, bem como um maior aproveitamento desta energia dentro do nosso território. «Para isso, ambas as partes irão agora estudar várias alternativas» — afirmou Abdul Magid, Secretário de Estado para o Carvão e Hidrocarbonetos, que ontem regressou a Maputo, após uma visita a vários países.

As discussões neste domínio tiveram lugar no âmbito da 1.ª Sessão da Comissão Partidária Luso-Moçambicana, constituída para analisar as questões de Cahora-Bassa. Os trabalhos deste organismo tiveram lugar há cerca de duas semanas em Lisboa.

Abdul Magid recordou que o acordo assinado, entre o Governo de Transição de Moçambique e o Governo Português estabeleceu o princípio de que Cahora-Bassa seja utilizada para benefício do desenvolvimento de ambos os países.

— É pois esse princípio que deve agora ser implementado, tendo em conta as condições concretas já existentes no nosso País. Em termos de objectivos definidos no PPI, torna-se clara a importância deste empreendimento e o papel que poderá e deverá desempenhar — afirmou.

### RAS FAZ CHANTAGEM COM PORTUGAL

Um dos problemas mais delicados, surgido em torno de Cahora-Bassa, é o da África do Sul, praticamente o único actual consumidor da energia ali produzida, que se recusa a aumentar a tarifa de compra da electricidade produzida por aquela barragem.

A África do Sul tem mantido esta posição nas suas negociações com Portugal, alegando que o fornecimento daquela energia tem estado sujeito a cortes. Estes cortes resultam, porém, de actos de sabotagem nas linhas de distribuição em território moçambicano, pelos quais a África do Sul é directamente responsável.

Walter Marques, Secretário do Estado do Tesouro português, que chefiou a delegação daquele país europeu aos trabalhos da Comissão Partidária sobre Cahora-Bassa, afirmou ao jornal «Expresso»:

— Estamos apanhados numa situação de círculo vicioso. Não se vende mais electricidade, porque cortam as linhas e, ao cortarem as linhas, impedem-nos de ganhar força para negociar uma tarifa mais alta.

Ele afirmou, também que as actuais receitas de Cahora-Bassa não dão para pagar o serviço da dívida e a respectivas amortizações. A dívida, pela qual o Estado português é responsável face a devedores estrangeiros, ronda os 40 milhões de contos portugueses, acrescenta o «Expresso».

Foi nesta perspectiva que se analisaram várias alternativas, entre as quais a possibilidade de exportação de energia para outros países e, inclu-

sivé, a realização de alguns empreendimentos em Moçambique que possam consumir essa energia — disse Abdul Magid.

Isto não foi feito numa perspectiva de se hostilizar a África do Sul, mas de se chegar a um acordo que preveja uma maior utilização de Cahora-Bassa — acrescentou.

### DAR FORÇA A PORTUGAL

Quanto ao valor das tarifas pagas actualmente pela África do Sul, o Secretário do Estado do Carvão e Hidrocarbonetos sublinhou que elas não são relativamente baixas; são ridiculamente baixas comparadas com o problema energético mundial.

Disse que a perspectiva da Comissão Partidária Luso-Moçambicana é a de ver como melhorar a capacidade de negociação de Portugal em termos de alteração dessas tarifas.

Explicou que o problema das tarifas serem baixas não é uma situação de agora, mas que se arrasta já há vários anos. Não é também uma consequência da irregularidade no fornecimento de energia, mas sim consequência do tipo de acordos que foram assinados durante o período colonial entre Portugal e a África do Sul.